

# Acerto colocou em segundo plano metas principais de Figueiredo

pôr Walter Marques  
de Brasília

O governo está consciente de que, para atender às situações críticas emergentes, relacionadas com os gargalos da dívida externa, colocou em segundo plano metas centrais da doutrina econômica do governo João Figueiredo — a redução da intervenção do Estado no terreno econômico, a unificação dos orçamentos federais e a limitação dos gastos do governo à efetiva disponibilidade de recursos.

O País, segundo uma importante fonte da Presidência da República, defronta-se com a exiguidade dos prazos nos quais é preciso obter resultados consistentes das medidas econômicas recentemente adotadas no quadro da negociação do novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Até setembro, quando uma missão do FMI deve voltar ao País para fiscalizar os cumprimentos das metas fixadas no acordo, o governo tem difíceis obstáculos a saltar.

Da desindexação dos salários, dos aluguéis das prestações do BNH, articulada ao tabelamento dos juros, esperam-se resultados positivos no combate à inflação. Outro desafio, à contenção do déficit das empresas estatais, visando domar o crescimento galopante da dívida interna, lança, contudo, no terreno social o espectro do desemprego.

Interlocutora assídua das lideranças empresariais, a fonte identifica duas ordens de problemas no esforço que o governo vem fazendo para superar essas dificuldades. Os industriais têm levado, com frequência, ao Palácio do Planalto, a ponderação, informada na experiência cotidiana dos setores produtivos da economia, de que vem sendo impossível projetar suas atividades, mesmo que seja para um período de doze meses. Falta confiança, já que às respostas às dificuldades presentes têm levado o governo a freqüentes mudanças, algumas vezes contraditórias,

nas elementos condicionantes da atividade econômica.

Dos banqueiros, chegam ao Palácio do Planalto observações críticas, que apontam para a pouca margem que resta para uma efetiva redução dos juros, quando o próprio governo e os bancos estaduais lançam títulos oferecendo taxas elevadas e reduzindo a liquidez do mercado financeiro.

Está ocorrendo, segundo a análise feita pelo importante assessor da Presidência da República, uma distorção no processo econômico brasileiro da atualidade. O privilégio do capital financeiro, em detrimento do capital produtivo, estaria a evidenciar, conforme esta ótica, uma situação em que se impõe uma recuperação da doutrina original do governo do presidente João Figueiredo, objetivando a uma redefinição das prioridades nacionais no terreno da economia.

O governo, visto desta perspectiva, deve procurar

criar as condições para que o setor produtivo e o setor financeiro se articulem em um movimento de complementaridade. A distorção mostra-se no fato de que, conforme a fonte, nos investimentos financeiros bancos e aplicadores lucraram por antecipação enquanto o setor produtivo padece os dissabores da falta de perspectiva.

No âmbito social o desemprego ocupa um espaço crescente nas preocupações do governo. Uma fonte do Palácio do Planalto, diretamente ligada à Presidência da República, afirmou a este jornal ter tido informações de que os protestos da última quinta-feira, em São Paulo, tiveram uma participação ativa de trabalhadores desempregados em sua organização. "É preciso garantir o emprego", afirmou outra alta fonte do Planalto, concordando ambas que a tensão social assusta os investidores externos com os quais se pretende contar quando o País puder respirar e pensar no futuro.